

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº. 007/2021/PreviD
EDITAL, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021/PreviD
TIPO: “MENOR PREÇO” – APURADO PELO MENOR VALOR GLOBAL

1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui-se objeto do presente Termo de Referência à **contratação de empresa especializada na prestação de serviços em consultoria de investimentos em Regimes Próprios de Previdência Social**, visando atender as necessidades do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD.

2. DA JUSTIFICATIVA:

- 2.1. Considerando, que o Conselho Monetário Nacional – CMN, por meio do Art. 6º, inciso IV da Lei nº 9.717/1998, faculta aos RPPS's a aplicação de recursos com vistas a reduzir a necessidade de financiamento dos Institutos pelos entes públicos, tendo a possibilidade de investir no mercado financeiro os recursos oriundos da arrecadação previdenciária dos segurados em atividade, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo referido Conselho, mais precisamente, seguindo as exigências da Resolução nº 3.922/2010 do Banco Central do Brasil e Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações.
- 2.2. Considerando, o último levantamento da carteira de investimentos do PreviD em maio/2021, onde possui um saldo de **R\$ 504.946.927,70 (quinhentos e quatro milhões, novecentos e quarenta e seis mil, novecentos e vinte e sete reais e setenta centavos)**. Em razão das determinações a serem seguidas na política de investimentos e das peculiaridades que o mercado de investimentos detém, a Diretoria Executiva, os Conselhos Curador e Fiscal e os membros que compõem o Comitê de Investimentos necessitam de informações técnicas inerentes ao Mercado de Investimento para a tomada de decisão que melhor favoreçam aos interesses do Instituto, visando o equilíbrio financeiro e atuarial do PreviD. Neste sentido, o instituto necessita de profissionais com *expertise* em mercados de investimentos voltados aos Regimes Próprios de Previdência Social, que possam proceder à elaboração de relatórios dos investimentos, pareceres técnicos, orientações e avaliações e acompanhamento da carteira de investimentos
- 2.3. Além disso, a Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional (art. 18), estabelece que na política de investimentos é possível a contratação de pessoas jurídicas registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM ou credenciadas por entidade autorizada que desempenham atividade de avaliação de investimento, para prestação dos serviços de orientação, recomendação e aconselhamento, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários.
- 2.4. Insta salientar, que atualmente o Instituto já faz uso de um software para gestão de investimentos do PreviD, não sendo necessário a contratação de um novo software, mas tão somente, os serviços de consultoria. Logo, a consultoria a ser contratada poderá realizar o uso das informações através de relatórios disponibilizados pelo PreviD, a fim de municiar de dados para execução do serviço, objeto deste Termo de Referência.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. De acordo com o previsto no Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, bem como, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os serviços a serem contratados enquadram-se como comum,

pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

- 3.2. Os serviços a serem contratados constituem-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e à Administração Pública CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 4.1. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Municipal nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações, aplicando-se ainda, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.
- 4.2. O procedimento licitatório será realizado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, pelo tipo MENOR PREÇO, apurado pelo **MENOR VALOR GLOBAL**.

5. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 5.1. Exigir-se-á das empresas as seguintes qualificações técnicas:

5.1.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM em nome da empresa licitante e do consultor que prestará serviço ao PreviD, como Consultor de Valores Mobiliários;

5.1.2. Aprovação do(s) consultor(es) da CONTRATADA, que efetivamente prestará assessoria ao PreviD, em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, que deverão possuir, no mínimo, certificação do tipo CPA-20/ANBIMA ou equivalente;

5.1.3. Comprovação do vínculo empregatício existente entre a empresa e os seus colaboradores, podendo ser feita, através de cópia da Carteira de Trabalho, ficha de empregado ou Contrato de Trabalho e, se sócios da empresa, através do Contrato Social ou mediante a apresentação da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da sede do licitante, com data de emissão de até 60 (sessenta) dias anteriores a data de assinatura do contrato;

5.1.4. Apresentação de, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante executa/executou serviços pertinentes e compatíveis ao objeto desta licitação, devendo informar o nível de satisfação com a qualidade e presteza dos mesmos.

- a) É necessário que o atestado permita a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter razão social, CNPJ, endereço, telefone e com identificação do signatário e assinatura do responsável legal;
- b) No caso de atestados emitidos por empresas de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
- c) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O objeto do presente termo deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Logo após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE deverá emitir uma ordem de serviço, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) Número do contrato e empenho;
 - b) Especificações dos serviços;
 - c) Nome do fiscal de contrato, gestor de contrato e o nome do preposto designado pela CONTRATADA para o acompanhamento durante a execução do serviço;
 - d) Os dados completos da carteira de investimentos, contendo as seguintes informações:
 - i. Nome e CNPJ dos fundos de investimentos que compõem a carteira;
 - ii. Saldo de cada fundo no último dia útil do mês anterior;
 - iii. No caso de investimentos em títulos públicos, informar qual o título; quantidade de títulos; data de emissão; data de vencimento; data da compra e PU (preço único) da compra.
- 6.3. A CONTRATADA deverá atender prontamente aos chamados do PreviD, todos os dias da semana, no horário de expediente compreendido das 07h30 às 13h30, salvo exigência diversa.
- 6.4. A CONTRATADA deverá oferecer atendimento personalizado, durante todo o período de vigência contratual, para dirimir quaisquer dúvidas e imprevistos sobre o fornecimento, objeto deste termo de referência.
- 6.5. Quanto aos serviços de consultoria de investimentos, os mesmos consistirão, basicamente, nas seguintes atividades:

6.5.1. Acompanhamento da Carteira de Investimentos:

- Realização do acompanhamento da carteira, visando uma alocação eficiente dos ativos financeiros, avaliando os riscos dos ativos e o risco consolidado da carteira de investimentos, equilíbrio da relação risco x retorno. Análise da rentabilidade e enquadramento mensal das aplicações financeiras;
- Recomendação de movimentação financeira, em casos de desenquadramento da carteira de investimentos, quanto a Resolução CMN em vigor e/ou Política Anual de Investimentos, caso houver necessidade;
- Desenvolvimento de avaliações focadas em estratégias e planos de ação direcionados à redução da volatilidade, à antecipação de efeitos das mudanças estruturais econômicas que impactem na carteira de investimentos;
- Assessoramento na definição das regras e normas para a alocação de recursos propondo metas de alocação de recursos em segmentos específicos, limites de exposição ao risco em consonância com a Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional e da Política de Investimentos do PreviD e suas respectivas alterações;
- Elaboração de pareceres complementares sobre mudanças no cenário macroeconômico, da legislação vigente sobre os investimentos dos RPPS ou alterações nos regulamentos dos fundos de investimento pertencentes ao Instituto Previdenciário, a pedido do gestor ou dos membros do Comitê e/ou demais conselhos com prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da data da solicitação;
- Elaboração de Diagnóstico da situação atual da carteira de investimentos nos termos da Resolução CMN 3.922/2010 e suas alterações e da Política de Investimentos do PreviD e suas alterações.

6.5.2. Análise de Novos Produtos:

- Elaboração sob demanda da contratante, da análise de novos produtos financeiros que estejam de acordo com a política de investimentos e nos termos de toda a legislação vigente, quando solicitado num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação para os fundos de Renda Fixa, Ações e Multimercados.
- Quanto aos fundos estruturados, o prazo máximo será de até 15 (quinze) dias úteis. Fica desde já proibido e passível das penalidades cabíveis, a indução por qualquer meio, a aquisição de produtos de instituições financeiras, de que a contratada faça parte direta ou indiretamente, recebendo ou não comissão ou outro tipo de remuneração, de forma a não comprometer a sua autonomia, isenção na prestação do serviço ora proposto;
- As análises devem ser elaboradas de acordo com o cenário atual, ou seja, os dados utilizados para seu desenvolvimento não devem ultrapassar 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação da análise.

6.5.3. Política de Investimentos:

- Auxiliar na elaboração da Política Anual de Investimentos e suas respectivas revisões contemplando todas as exigências estabelecidas pelo art. 4º da Resolução CMN 3.922/2010, e demais informações pertinentes solicitadas pelos gestores;
- Apresentação da Política Anual de Investimentos e suas revisões aos Gestores e Conselheiros do PreviD, em data e horário a ser agendado, na sede do Instituto, com todas as despesas decorrentes ao deslocamento e estadia por sua responsabilidade.

6.5.4. Demonstrativo analítico dos investimentos:

- Parecer sobre Demonstrativo analítico de investimentos exigidos no Balanço Anual pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul;
- Notas explicativas sobre os fundos de investimentos, exigidos no Balanço Anual, sobre as Demonstrações Financeiras contendo: O encerramento do patrimônio líquido dos investimentos, o valor aplicado em cada investimento e o percentual em relação ao patrimônio líquido do Instituto Previdenciário e o crescimento patrimonial do Instituto Previdenciário, com relação ao ano anterior.

6.5.5. Credenciamento

- Parecer prévio com respeito ao credenciamento de Instituições Financeiras (Administradores, Gestores e Distribuidores) e dos Fundos de Investimentos, com emissão dos documentos necessários;
- Elaboração de relatório para o controle de prazos de validade dos credenciamentos, bem como, realizar as respectivas atualizações, acompanhando a legislação vigente e apresentando consultoria sobre o tema;

6.5.6. Informações diárias

- Disponibilização diária de informativo contendo conteúdos relacionados ao mercado, como as questões políticas e outras que julgar importante, com o objetivo de contribuir e subsidiar a tomada de decisão, além de contribuir para um contínuo processo de aculturação nas questões financeiras e econômicas, por parte dos participantes no processo de gestão dos recursos financeiros.

6.5.7. Participação em Reuniões

- Participação a cada 03 (três) meses da reunião mensal realizada com o Comitê de Investimentos, Conselho Curador e Conselho Fiscal para apresentação dos resultados da carteira de investimentos, atualização do cenário econômico com o qual, a consultoria trabalha para o próximo período, contendo as premissas e expectativas para o PIB, taxa de juros, inflação, câmbio e demais questões macroeconômicas.
- A reunião dar-se-á de forma mista, por acesso remoto e/ou presencial (este último conforme as necessidades do Contratante e em local determinado pelo PreviD). A contratada deverá proceder o

atendimento as demandas técnicas dos gestores, através das opções: Skype, telefone, correio eletrônico, videoconferência e pessoalmente (quando necessário), de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 18:00 horas, horário de Mato Grosso do Sul.

6.5.8. DAIR

- Auxílio no preenchimento mensal dos Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos do Instituto Previdenciário, contendo informações da Unidade Gestora, carteira, dados de Governança, Credenciamento e Análise de Portfólio, bem como auxílio na elaboração das Autorizações de Aplicação e Resgate – APR.

6.5.9. DPIN

- Auxílio no preenchimento dos Demonstrativos da Política de Investimento do Instituto Previdenciário, obedecendo os prazos e as exigências estabelecidas pela Secretaria de Previdência.

6.5.10. Organização de documentos para auditoria

- Auxílio através de e-mail e/ou telefone, na organização de documentos exigidos para Auditoria dos órgãos supervisores e fiscalizadores, referente à carteira de investimentos.

6.5.11. Pareceres técnicos aos órgãos de supervisão e fiscalização

- Elaboração de pareceres técnicos, referente a notificações emitidas pelos órgãos de supervisão e fiscalização, sobre os serviços relacionados a esta proposta.

6.5.12. Elaboração de pareceres sobre os RELATÓRIOS aqui indicados devendo ser observados os requisitos e prazos a seguir:

A) Parecer sobre Relatórios Mensais:

- Elaboração de pareceres técnicos sobre os relatórios mensais encaminhados pelo CONTRATANTE, com análise do desempenho da carteira de investimento do PreviD informando a rentabilidade real e consolidada (mensal e acumulada no período) do somatório das aplicações financeiras, comparadas a meta atuarial, nos termos da Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional e da Política de Investimentos do PreviD e suas respectivas alterações;
- Elaboração de pareceres sobre os relatórios que demonstrem graficamente a volatilidade e o retorno médio da carteira, com base nos retornos diários dos ativos e dos principais índices de renda fixa e da meta atuarial;
- Elaboração de pareceres sobre os relatórios mensais do fluxo de caixa da carteira de modo que permita verificar as movimentações de entrada e saída de recursos da carteira de investimentos;
- Auxílio no preenchimento dos Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR) para o CADPREV;
- Os pareceres sobre os relatórios mensais deverão ser disponibilizados pela empresa contratada no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos contados a partir do recebimento dos relatórios mensais da carteira encaminhados pelo PreviD.

B) Parecer sobre Relatórios Trimestrais:

- Elaboração de pareceres técnicos sobre os relatórios trimestrais (relatórios que serão encaminhados pelo CONTRATANTE), com análise do desempenho da carteira de investimento do PreviD informando a rentabilidade real e consolidada (acumulada no período) do somatório das aplicações financeiras comparadas a meta atuarial, nos termos da Resolução nº 3.922/2010 e suas alterações, e da Política de Investimentos do PreviD e suas respectivas alterações.

C) Parecer sobre Relatórios Semestrais:

- Elaboração de pareceres técnicos sobre os relatórios semestrais (relatórios que serão encaminhados pelo CONTRATANTE) em atendimento ao Art. 3, Inciso III da Portaria MPS nº 519,

de 24 de agosto de 2011, com finalidade de avaliação do desempenho das aplicações efetuadas por entidade autorizada e credenciada, no mínimo semestralmente, adotando, de imediato, medidas cabíveis no caso da constatação de performance insatisfatória.

D) Parecer sobre Relatório Anual:

- Elaboração de pareceres técnicos sobre o relatório anual de investimentos, encaminhado pelo CONTRATANTE, onde deverão ser observadas as exigências da Portaria MPS nº 519/2011 e a Resolução CMN nº 3.922/2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392/2014, contendo informações da situação financeira da carteira de investimentos e o cumprimento da meta atuarial, além dos seguintes itens:
 - a) Resumo do Regulamento dos investimentos, contendo nome do fundo, CNPJ, Segmento, Classificação, Índice de referência, Público alvo, Administrador, Gestor, Custodiante, Distribuidor, Auditor Independente, data de início das atividades do fundo, taxa de administração, taxa de performance, taxa de entrada, taxa de saída, aplicação inicial, aplicações adicionais, resgate mínimo, saldo mínimo, carência, crédito para resgate, risco de mercado e enquadramento conforme a Resolução CMN em vigor;
 - b) Movimentação financeira mensal de cada investimento;
 - c) Desempenho mensal dos investimentos e no acumulado do ano, comparado ao seu respectivo *benchmark*;
 - d) Análise da Rentabilidade Relativa dos investimentos, identificando os meses com melhor e pior desempenho, comparado ao seu *benchmark*;
 - e) Análise do desempenho dos investimentos de longo prazo, mostrando seu desempenho desde quando o Instituto Previdenciário realizou aporte inicial e no ano vigente;
 - f) Enquadramento da carteira de investimentos conforme exigido pela Resolução CMN em vigor, no último dia útil do ano vigente, separando e identificando o enquadramento por investimento e por segmento;
 - g) Distribuição Estatística da carteira, contendo:
 - Separação por segmento (Renda Fixa e Renda Variável);
 - Enquadramento do segmento de Renda Fixa, conforme exigido pela Resolução CMN em vigor;
 - Enquadramento do segmento de Renda Variável, conforme exigido pela Resolução CMN em vigor, caso houver;
 - Separação da carteira por índice de Benchmark;
 - Separação da carteira por Instituição Financeira;
 - Separação da carteira por ativos imobilizados e ativos líquidos;
 - Análise do desempenho mensal da carteira de investimentos, comparado a Meta Atuarial e o CDI, como índice de referência, demonstrando o desempenho da carteira e dos índices, mês a mês;
 - Análise do desempenho acumulado da carteira de investimentos, no ano vigente, comparado a Meta Atuarial e o CDI, como índice de referência, demonstrando o desempenho da carteira e dos índices, acumulando esse desempenho a cada mês; e
 - Comparação financeira e percentual, entre a rentabilidade alcançada, a Meta Atuarial e o CDI como índice de referência e o provável impacto sobre o Déficit Atuarial.

6.5.12.1. Os relatórios necessários para a elaboração dos pareceres serão encaminhados pelo PreviD por e-mail com os documentos nas extensões em **.pdf ou .xls ou .docx** ou qualquer outro formato, desde que necessários à perfeita consecução das atividades, objeto deste Termo.

6.5.12.2. Os pareceres solicitados no **subitem 6.5.12.** deverão ser disponibilizados pela empresa contratada no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos contados a partir do recebimento dos documentos encaminhados pelo PreviD.

6.6. A CONTRATADA deverá dispor de canais de contato (telefone/e-mail/central de relacionamento), para dirimir dúvidas, orientar e atender as demais demandas do CONTRATANTE.

- 6.6.1. Dependendo da complexidade das informações, quando necessário ou quando solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá realizar o atendimento por meio de acesso remoto, por meio de ferramenta ou programa específico a ser definido em comum acordo entre as partes;
- 6.7. A CONTRATADA deverá se atentar para as possíveis alterações da Portaria e demais normas pertinentes que regem os Regimes Próprios de Previdência Social e atualizar e orientar sempre o CONTRATANTE com base nestas modificações;
- 6.8. Ressalta-se que os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissional com experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Diretoria Executiva do PreviD, Comitê de Investimento e seus respectivos conselhos;
- 6.9. No decorrer do contrato, o RPPS, mediante notificação feita à Contratada, poderá exigir a substituição desses profissionais, caso apurada e comprovada conduta incorreta com o perfil ético e profissional. Tal substituição deverá ser realizada em no máximo 30 (trinta) dias do recebimento da notificação, sob pena de aplicação de sanções administrativas.
- 6.10. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o CONTRATANTE, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

7. DO CRONOGRAMA

- 7.1. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** Inicia-se com a assinatura do contrato, observando a periodicidade de cada serviço definidos na cláusula sexta deste Termo.
- 7.2. **DO PRAZO DE FORNECIMENTO DOS DADOS PELO CONTRATANTE:** Mensalmente, até o 7º (sétimo) dia útil do mês subsequente, o qual deverá encaminhar os saldos dos fundos, tendo como base o mês anterior;
- 7.3. **DO PRAZO PARA A EMISSÃO DOS RELATÓRIOS:** Os relatórios mensais deverão ser disponibilizados pela empresa CONTRATADA no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos contados a partir do recebimento dos relatórios e documentos encaminhados pelo PreviD.
- 7.4. **DAS VISITAS TÉCNICAS:** Serão realizadas a cada 03 (três) meses em local e data a ser determinado pelo PreviD.
- 7.5. **DOS DEMAIS SERVIÇOS PERTINENTES A CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS:** Seguir os prazos disposto nos subitens 6.5.1. ao 6.5.12.

8. DO LOCAL DE ENTREGA

- 8.1. **DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS:** Deverão ser realizados nas dependências da CONTRATADA e quando necessário a perfeita execução do contrato, tais serviços poderão ser realizados nas dependências do CONTRATANTE, situado na Av. Weimar Gonçalves Torres, nº 3.215, sala D, Centro, Dourados/MS – CEP: 79.800-025.
- 8.2. **DAS VISITAS TÉCNICAS E REUNIÕES:** Deverão ser realizadas por meio de ferramenta de videoconferência ou quando necessário na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD, no endereço supracitado ou em outro local previamente informado pelo CONTRATANTE.

9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 9.1. A vigência contratual será de **24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato**, podendo ser prorrogados ou acrescidos, de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

10. DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO E DO FISCAL DE CONTRATOS

- 10.1. Todos os serviços, mercadorias e demais bens, adquiridos pelo CONTRATANTE, deverão ser conferidos por 02 (dois) membros da Comissão de Recebimento, designados por meio da Portaria nº 049/2018/ADM/PREVID, publicada no Diário Oficial de Dourados – Ano XX, nº 4.711, de 15 de junho de 2018.
- 10.2. Será designado um servidor do Instituto para acompanhamento e fiscalização deste instrumento contratual, mediante portaria administrativa, a qual será devidamente publicada no Diário Oficial de Dourados e posteriormente juntada ao procedimento de contratação.
- 10.3. A Comissão somente é responsável pela conferência dos produtos/serviços recebidos ao Instituto, competindo somente ao fiscal de contratos, o acompanhamento quanto ao cumprimento das cláusulas deste instrumento.

11. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 11.1. Todo o recebimento do objeto contratual será acompanhado e conferido pela Comissão de Recebimentos deste Instituto e/ou através do fiscal de contrato.
- 11.1.1. Ao término da execução do serviço, objeto deste contrato, o CONTRATANTE irá analisá-lo, verificando se os mesmos conferem com os que foram licitados, bem como, se estão em perfeitas condições de uso.
- 11.2. Os objetos, estando de acordo com a proposta de preços e de acordo com o disposto no instrumento contratual, serão recebidos na forma do art. 73, inciso I da Lei nº 8.666/93:
- a) **PROVISÓRIO:** No ato da entrega do objeto licitado, para posterior verificação de sua conformidade com o solicitado;
 - b) **DEFINITIVO:** após a verificação da qualidade, características e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório.
- 11.2.1. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.
- 11.3. Não serão admitidos, para efeitos de recebimento, serviços que estejam em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações descritas no presente Contrato.
- 11.4. Caso haja a constatação de quaisquer falhas durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá corrigi-las em um prazo máximo de **48 (quarenta e oito horas) horas**, sob aplicação das sanções administrativas.
- 11.5. As despesas decorrentes de correções de falhas e quaisquer irregularidades que a CONTRATADA venha a ter causado, será exclusivamente sob suas expensas.
- 11.6. Se a CONTRATADA deixar de realizar o serviço, sem justificativa por escrito e sem o aceite do Instituto, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária:

18.00. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados

18.01. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados

09.272.124. – Manter do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

2.075 – Manutenção das Atividades do IPSSD

3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria

12.2. O valor máximo a ser contratado pela Administração Pública é de **R\$2.725,00 (dois mil, setecentos e vinte e cinco reais) MENSAIS, perfazendo o montante (valor máximo global) em R\$65.400,00 (sessenta e cinco mil e quatrocentos reais)** conforme **Anexo III – Planilha de Preços**.

12.3. O CONTRATANTE se reserva no direito de, a seu critério, utilizar-se ou não, da totalidade da verba prevista.

12.4. Os valores correspondentes aos exercícios financeiros posteriores correrão por dotação orçamentária a ser estipulada oportunamente.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

13.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados mensalmente em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data de apresentação do **documento com validade fiscal**, devidamente atestado pelo setor competente, juntamente com **as certidões negativa de tributos das esferas federal, estadual e municipal e das certidões de regularidade do FGTS e trabalhista**.

13.2. Quando do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em dia com todas as condições de habilitação, ou seja, com todas as certidões exigidas na habilitação, vigente à época do pagamento, as quais deverão ser encaminhadas juntamente com o documento fiscal, conforme cláusula supra, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual**.

13.3. Os **documentos com validade fiscal** correspondentes, serão discriminativos, constando o **número do contrato firmado, número da nota de empenho, bem como, dados bancários (banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento)**.

13.4. Caso se constate erro ou irregularidade no documento com validade fiscal, o CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-lo, para as devidas correções, ou aceitá-lo, com a glosa da parte que considerar indevida.

13.5. Na hipótese de devolução do documento com validade fiscal, será considerado como **não** apresentado, para fins de atendimento das condições contratuais e o prazo para pagamento passará a fluir após sua reapresentação.

13.6. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva do CONTRATANTE, os valores poderão ser corrigidos monetariamente com base na variação do IPCA/IBGE ou índice que venha substituí-lo.

13.7. O CONTRATANTE não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

13.8. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.



- 13.10. O CONTRATANTE efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.
- 13.11. A CONTRATADA ficará obrigada aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do contrato de acordo com art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 13.12. Caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro durante a execução do presente contrato, a CONTRATADA poderá requerer formalmente ao PreviD a revisão dos valores pactuados, relatando os detalhes e os fatos anexando ao pedido os documentos que comprovem o alegado desequilíbrio, o qual será submetido à análise e parecer do órgão CONTRATANTE conforme previstos no art. 65, da lei 8.666/93.
- 13.13. Os preços serão fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para apresentação das propostas.
- 13.13.1.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno mínimo de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE, ou qualquer outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 13.13.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.13.3.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo será divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 13.13.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.13.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.13.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.13.7.** O reajuste será aditivo por apostilamento.
- 13.14. Fica expressamente estabelecido que, no preço apresentado na proposta, deverão estar inclusas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como: tributos, seguros, encargos sociais, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto contratual.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. Manter, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual.**
- 14.2. Cumprir rigorosamente com comprometimento, assiduidade e qualidade os serviços prestados, **o que se encontra disposto no edital e seus anexos.**
- 14.3. Realizar o objeto da contratação, de acordo com a proposta apresentada e normas legais, ficando a seu cargo todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional ao PreviD, observando sempre os critérios dos serviços a serem prestados.

- 14.4. Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, especialmente as relativas à prestação dos seus serviços, tal como a Resolução CMN nº 3.922/2010 e demais legislações relativas às aplicações dos recursos dos RPPS's, bem como, providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente Contrato.
- 14.5. A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal capacitado e suficiente para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.
- 14.6. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste termo de referência, bem como, as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.
- 14.7. Responsabilizar-se por recolhimento ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.
- 14.8. Arcar com todos os custos relativos à hospedagem, deslocamento e alimentação, nos casos em que for necessário a visita nas dependências do CONTRATANTE ou em outro local estipulado pelo mesmo.
- 14.9. Realização de, ao menos, 04 (quatro) visitas anuais, nas dependências do CONTRATANTE ou em outro local previamente agendado, para debate com o gestor, conselheiros e membros do Comitê de Investimentos do Instituto para apresentação dos resultados da carteira de investimentos, atualização do cenário econômico com o qual, a consultoria trabalha para o próximo período, contendo as premissas e expectativas para o PIB, taxa de juros, inflação, câmbio e demais questões macroeconômicas.
- 14.10. **Manter absoluto sigilo sobre todos os documentos e elementos que passem pela apreciação da CONTRATADA.**
- 14.11. Admite-se, durante a execução dos serviços, a substituição do profissional designado para a execução do serviço por outro profissional de experiência equivalente ou superior, seja a pedido do CONTRATANTE ou mediante prévia e autorização do PreviD, por escrito, sob pena de incorrer na inexecução do contrato de demais cominações contratuais.
- 14.12. **Designar, por escrito, no ato de assinatura do contrato, preposto (s)** que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato que será o responsável pelo bom andamento sobre o fornecimento do objeto e possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- 14.13. Oferecer atendimento personalizado, durante todo o período estabelecido de vigência do contrato, para dirimir quaisquer dúvidas, orientações e esclarecimentos sobre os serviços, objeto deste Termo.
- 14.14. Comunicar, por escrito, ao CONTRATANTE, toda e qualquer orientação acerca dos serviços, excetuados os com atendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 14.15. Informar ao CONTRATANTE, antes do início da vigência do contrato, os impedimentos da execução do serviço, justificando-os e comprovando-os.
- 14.16. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade ou quaisquer alterações necessárias, que interfiram na execução e bom andamento dos serviços, objeto do presente termo de referência.



- 14.17. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- 14.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao PreviD ou a terceiros, nas dependências deste Instituto ou no local onde será prestado o serviço.
- 14.19. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato.
- 14.20. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados com os serviços prestados, originalmente ou vinculado por prevenção, conexão ou continência.
- 14.21. Ressarcir ao CONTRATANTE o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigências do CONTRATANTE ao ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.
- 14.22. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o PreviD, por meio de seu representante reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 14.23. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 14.24. Acatar o Código de Defesa do Consumidor conforme disposto na Lei nº 8.078/90.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 15.1. Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à emissão de relatórios, análises e pareceres em tempo hábil para que a licitante vencedora consiga executar os serviços respeitando o cronograma e as legislações vigentes, inerentes ao objeto contratual.
- 15.2. Fiscalizar, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 15.3. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.
- 15.4. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados em suas dependências.
- 15.5. Prezar pela boa-fé e veracidade das informações, quando solicitadas.
- 15.6. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução do contrato.
- 15.7. Acompanhar a execução do contrato efetuada pela CONTRATADA, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão dos serviços.
- 15.8. Notificar, formal e tempestivamente, à CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato.
- 15.9. Notificar à CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 15.10. Aplicar as penalidades legais e contratuais.

- 15.11. Comunicar expressamente à CONTRATADA as irregularidades observadas durante sua execução e providenciar as devidas correções.
- 15.12. Rejeitar os serviços que a CONTRATADA executar fora das especificações do edital e seus anexos, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

16. DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 16.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato de pleno direito, independentemente de interpelação judicial, pela ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, combinado com o artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93, garantindo à CONTRATADA o direito de defesa e o contraditório, nos termos do artigo 109 da mesma Lei.
- 16.2. O inadimplemento ou inexecução total ou parcial do fornecimento nos prazos propostos e contratados, caracterizará inadimplemento contratual, motivando a rescisão do Contrato sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 16.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrente deste Contrato limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.
- 16.4. A declaração de nulidade do presente contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- a. A nulidade não exonera o Instituto do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, comprovando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 16.5. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA previstas no presente Contrato.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo previsto no **item 19.1. do edital**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.
- 17.2. As penalidades previstas no subitem anterior não se aplicarão aos licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.
- 17.3. A CONTRATADA, em conformidade com o art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e nas demais cominações legais, assegurado o direito à prévia e ampla defesa, se:
- I. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
 - II. Não celebrar o contrato;
 - III. Ensejar o retardamento na execução do objeto do CONTRATO;
 - IV. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
 - V. Falhar ou fraudar na execução do objeto do CONTRATO;
 - VI. Comportar-se de modo inidôneo;

VII. Cometer fraude fiscal.

17.4. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, o Instituto poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar irregularidades de pequena monta;
- b) Multa administrativa no percentual de **5% (cinco por cento)**, por dia de atraso na execução do serviço, sobre o valor do item adjudicado, a partir do primeiro dia útil da data fixada para a entrega do objeto, limitada a **20% (vinte por cento)** do valor do contrato;
- c) Multa administrativa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor do contrato, em caso de Rescisão contratual, sem justo motivo, pela CONTRATADA.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração Pública direta ou indireta, até o prazo de 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e”, dos subitens anteriores poderão ser aplicadas juntamente com as de multa (alíneas “b” e “c” dos subitens anteriores), facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, observando o disposto nos artigos 109 e 110 da Lei Federal n.º 8.666/93, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação no Diário Oficial.

17.6. *Todas as penalidades citadas no subitem anterior, além de outras que a lei possa prever, serão obrigatoriamente registradas as ocorrências no SICAF por força do disposto no art. 38 e 40 da Instrução Normativa nº 02/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.*

17.7. Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa.

17.8. As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.

17.9. A notificação que dará ciência à CONTRATADA de que foi penalizada informará o motivo da aplicação da penalidade e, no caso de multa, o valor a ser pago.

17.10. A CONTRATADA terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.

17.11. Sendo aplicada multa, decorrido o prazo para recurso deverá a CONTRATADA recolher o valor da mesma no Departamento Financeiro do PREVID, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da mesma.

17.12. A CONTRATADA poderá perder tal a condição, caso venha a se enquadrar nas situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores e nos casos que especifica:

- I. estado de protesto, falência e concordata, insolvência notória ou situação econômica – financeira comprometida;
- II. ter título protestado cujo valor possua, a juízo do contratado comprometer a sua idoneidade financeira e/ou a eficiente execução do Contrato;
- I. ter sido declarado devedor das Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, do INSS e FGTS.

17.13. As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista neste instrumento, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. A Licitante Vencedora **NÃO** poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente termo, salvo com prévia e expressa autorização, por escrito, do Instituto, observadas as disposições legais pertinentes.

19. DAS AMOSTRAS E CATÁLOGOS

19.1. Não será exigido amostra ou catálogos no presente certame.

20. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

20.1. Elaborado, em conjunto pela Diretoria Financeira, do qual reuniu às informações técnicas concedendo-as à Diretoria Administrativa para elaboração aos demais atos para a contratação, bem como, mediante aos resultados apresentados no Estudo Técnico Preliminar.

ROSANE APARECIDA FRITZEN D'SAMPAIO FERRAZ

Diretora Financeira

SILVANA MARIA RADAELLI DE ASSIS

Diretora Administrativa

21. DA AUTORIZAÇÃO

21.1. Aprovo o presente Termo de Referência e Autorizo a realização da Licitação na modalidade Pregão eletrônico nos moldes do art. 7º, inc. I do Decreto Municipal nº 3.447/2005.

Dourados/MS, 09 de agosto de 2021.

ANA CAROLINA GONINO BARRETO

Pregoeira